

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM DOZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E OITO

-----Aos doze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito, no Auditório do Edifício Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência de Raul Cunha, em substituição de Laurentino José M. Castro Dias, o Primeiro Secretário – Maria de Fátima P. Oliveira Caldeira e o Segundo Secretário – Manuel Cunha. Verificada a existência de quórum, foi declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

----- Seguidamente, foram anunciados os pedidos de suspensão de mandato, por um período de trinta dias: Belarmino Oliveira Costa, eleito pelo Partido Social Democrata (PSD), Olinda Joaquina Teixeira Alves, Francisco Manuel Figueira de Lemos, Albino Gonçalves da Costa, João Pedro Soares Coelho Ribeiro, Lúcia Fernandes Mendes e João Pedro Fonseca e Silva Magalhães Meireles, eleitos pelo Partido Socialista (PS) e Joaquim Magalhães, eleito pela Coligação Democrática Unitária (CDU); e por um período de vinte e um dias, José Ricardo Leite Antunes e Alexandre Daniel Freitas Peixoto, eleitos pela CDU. Colocados a votação, foram aprovados, por unanimidade. Pediu a substituição o Presidente da Junta de Freguesia de Arões S. Romão pelo respectivo Secretário. Foi, ainda, comunicada a existência de um pedido de renúncia de mandato de Rui Pedro Ribeiro Valente, eleito pelo PS. Tomaram assento na Assembleia os respectivos substitutos, após a assinatura do livro de presenças, registando-se a presença de setenta membros. -----

-----De seguida, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos elementos da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

-----Deu-se início ao período de Antes da Ordem do Dia. -----

-----Iniciou o período de intervenções **Orlando Leite**, eleito pelo Centro Democrático e Social/Partido Popular (CDS/PP) que manifestou o seu apreço pelo facto da sessão da Assembleia se realizar no auditório recentemente inaugurado e pela data escolhida para a sua realização, uma vez que não se realizou na última sexta-feira do mês, a exemplo de anos anteriores. -----

Referenciando a pouca receptividade junto dos Fafenses para assistirem a eventos culturais, como o Concerto de Natal da Orquestra do Norte, alertou

para a questão relativa à gestão e programação do Cine-Teatro, para que tenha o brilho e a dignidade que merece. -----

Teceu algumas considerações relativamente à decisão do Município deixar de aplicar as taxas máximas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), afirmando que queriam acreditar que tal decisão se devia a critérios de justiça social, salientando, ainda, que gostariam que o valor das taxas se mantivesse no ano seguinte. -----

Referiu, também, que mesmo sendo importante para a Autarquia aumentar as receitas, no caso do IMI as receitas iriam aumentar exponencialmente sem que o município tivesse qualquer intervenção, exemplificando o teor da sua afirmação. Defendeu, ainda, que, em anos anteriores, o Município não deveria ter aplicado a taxa máxima, porquanto as receitas iriam continuar a aumentar significativamente mesmo com taxas inferiores. -----

Terminou, questionando o Senhor Presidente da Câmara sobre o prazo previsto para a conclusão das obras do Cine-Teatro e se o elevador do Jardim do Calvário iria entrar em funcionamento ainda no ano em curso. -----

-----De seguida, tomou a palavra **Américo Castro**, eleito pela CDU, que, referindo-se a uma intervenção de um deputado do PS na Assembleia da República, Bravo Nico, dirigida à oposição e em concreto à esquerda, onde tinha mencionado que a oposição vivia dos problemas e não queria a sua resolução, afirmou que a oposição da esquerda, mais concretamente o Partido Comunista, estava atento aos problemas, grande parte deles criados pelo presente Governo. -----

Nestes termos, focou a proposta apresentada pelos deputados da CDU eleitos nesta Assembleia, através do Deputado Agostinho Lopes, eleito pelo PCP, pelo ciclo de Braga, que, atentos aos problemas do concelho de Fafe, sugeriram as seguintes alterações ao PIDDAC: - Inclusão da Escola Secundária, Nó de ligação à Zona Industrial de Arões e Alargamento do Parque da Zona Industrial do Socorro, por não estarem inscritas em PIDDAC, e o reforço da verba para o novo hospital, uma vez que estava inscrito com uma verba irrisória de cem mil euros. Referiu ainda que, aquando da votação da proposta na Assembleia da República o PS, PSD e CDS tinham votado contra. Assim e na sequência da entrevista do Presidente da Câmara ao jornal Correio de Fafe, onde tinha citado algumas das propostas defendidas pela CDU, afirmou que o Senhor Presidente teria que convencer os seus camaradas. -----

Focou também o assunto relativo à colocação de floreiras na Rua da República, que impossibilitavam a circulação de trânsito e, tanto quanto sabia, a pedido dos moradores para impedir a circulação de trânsito. Nestes termos, e a ser verdade, afirmou que iria fazer um abaixo-assinado juntamente com os moradores da Rua onde habitava para evitar a circulação de trânsito, fazendo assim um condomínio fechado para os moradores da Rua. -----

-----Seguidamente interveio **Pedro Frazão**, eleito pelo PSD, que questionou sobre a inoperacionalidade dos semáforos existentes na Circular/Rotunda dos Bombeiros e o motivo da demora na sua reparação. Disse ainda que durante o período de inoperacionalidade dos semáforos não se tinha verificado a existência de segurança quer Polícia Municipal ou Guarda Nacional Republicana. Explicou que essa situação tinha provocado a ocorrência de vários acidentes e respectiva insegurança no local. -----

Sobre o novo edifício da Câmara Municipal, questionou sobre o orçamento previsto para a execução da referida obra e qual o desvio previsto. -----

Quanto ao novo auditório, afirmou que as condições eram más e que as sessões da Assembleia Municipal deveriam voltar a ser efectuadas no Salão Nobre. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Simão Freitas**, eleito pelo BE, que colocou, novamente, algumas questões sobre a Escola Primária Feira Velha, nomeadamente, sobre a possibilidade da mesma ser reconstruída noutra local, e caso isso fosse impossível, quem tinha ficado com a pedra. -----

Sobre os parques de estacionamento, perguntou se havia plano de preços e se iria haver redução de preço para os moradores. -----

Questionou, também, se os transportes públicos iriam ser alargados para outras freguesias. -----

Relativamente à Escola de Trânsito defendeu que as crianças não deveriam pagar, que não era recomendável; perguntou, ainda, sobre o motivo pela qual os alunos da Escola Montelongo que visitavam a Escola de Trânsito eram transportados por um autocarro. -----

Alertou para o facto de ter tido necessidade de ir à Biblioteca e ao tentar aceder à Internet sem fios não ter concedido. -----

Por fim, solicitou informações sobre o futuro do programa metadona. -----

-----De seguida, tomou a palavra o **Presidente de Junta da Freguesia de Golães** que, reportando-se ao Programa Funcional do Novo Hospital de Fafe,

afirmou que tinha sido com satisfação que tinha tomado conhecimento de uma obra que os fafenses tanto reclamavam, elencando algumas das características do hospital. -----

Ainda referindo-se ao programa, afirmou que nunca tinha duvidado das palavras do Presidente da Câmara quando afirmava que Fafe iria ter um novo hospital e agradeceu ao Governo e ao Ministério da Saúde, salientando que os fafenses mereciam ter uma saúde melhor. -----

----- Seguidamente, usou da palavra **José Manuel Batista**, eleito pelo PSD, que corroborou as palavras de Pedro Frazão relativas ao novo auditório, reforçando que o mesmo não era funcional. -----

Quanto à Praça Mártires do Fascismo solicitou alguns esclarecimentos relativamente à intervenção que lá se iria executar, afirmando que não era o melhor aproveitamento daquele espaço e que apenas se entenderia como uma situação provisória. Salientou que aquele espaço deveria ter uma intervenção idêntica à Praça 25 de Abril. -----

Referenciou, ainda, que a Câmara estava a tentar acabar com o estacionamento gratuito. -----

----- De seguida, interveio **Luís Costa Leite**, eleito pela CDU, que começou por fazer um comentário à comunicação de conclusão das obras do Centro Educativo de Revelhe, salientando que era pena que naquele edifício não se tenha verificado o mesmo rigor de eficiência energética e a aplicação de novas tecnologias de construção, à imagem do que se tinha feito com o novo edifício da Câmara Municipal de Fafe. -----

Quanto à visita da Senhora Ministra da Educação ao concelho de Fafe, mais concretamente ao Centro Educativo de Revelhe, lamentou que, depois de tanta propaganda política, tenha sido o órgão de gestão da escola a improvisar um conjunto de estratégias para minimizar o desconforto que se fez sentir naquele edifício, aquando da referida visita. -----

Afirmou, também, que deveria haver uma preocupação maior com o conforto nas salas de aula. -----

Afirmou que as escolas não constituíam um bom negócio, caso contrário não seria efectuado o contrato de transferência de competências para os Municípios em matéria de Educação. Demonstrou preocupação relativamente à despesa demasiado pesada para a Autarquia com a construção dos edifícios e os exorbitantes gastos que implicavam, uma vez que não acreditava que o

Governo disponibilizasse uma verba maior do que aquela que disponibilizava anteriormente. -----

De seguida, abordou o tema das parcerias público-privadas, salientando que deveriam ser mais transparentes, principalmente no que concernia à idealização dos projectos, à sua emergência, à gestão e manutenção dos espaços. -----

Afirmou que, apesar de não ser esperado um aumento significativo da circulação automóvel no centro da cidade, a construção de novos parques de estacionamento podiam agilizar o trânsito e satisfazer melhor as necessidades da população. Nestes termos, afirmou que seria importante definir se a gestão dos parques será pública ou privada e que o projecto deveria ser equacionado com o intuito de servir os interesses dos utilizadores, no sentido de prestar um serviço melhor pelo preço mais barato. -----

Disse, ainda, que os jardins deveriam ser dotados de menos pormenor e mais verde, sendo, dessa forma, mais barato. -----

Atendendo à proximidade das várias infra-estruturas do Parque da Cidade (pavilhão multiusos, piscina municipal, pista de atletismo e campo de ténis) salientou a importância da definição de um modelo de gestão de optimização e dinamização integrada de todos os equipamento. Neste sentido, defendeu a criação de um grupo de trabalho, constituído por pessoas de áreas profissionais diferentes, que trabalhariam na identificação dos problemas de outras infra-estruturas semelhantes e procurariam melhores soluções que rentabilizassem os equipamentos. -----

Afirmou que a Autarquia de Fafe deveria aproveitar os bons exemplos que chegavam de outras autarquias. -----

Terminou a sua intervenção criticando o comportamento da autarquia que fechou a Rua da República a pedido dos moradores, para impedir a circulação de trânsito naquela rua. Neste sentido, solicitou esclarecimentos sobre o motivo pela qual os restantes moradores da Rua não podiam circular; que direitos acrescidos tinham os moradores da parte da Rua que tinham pedido o seu fecho, que não tinham os restantes cidadãos; e como seria se todos os cidadãos do concelho fizessem reivindicações idênticas. Concluiu, dizendo que também ele, a exemplo do que tinha dito o seu camarada, Américo Castro, iria ponderar fazer uma recolha de assinaturas para pedir o fecho da Avenida das Forças Armadas. -----

----- Seguidamente, tomou a palavra **João Vieira Mendes**, eleito pelo PS, que iniciou a sua intervenção demonstrando preocupação sobre o aumento do número de veículos e de peões da Via Circular, que tem levado a um aumento de incidentes. Salientou, ainda, a existência de uma maior densidade urbana na zona de S. Jorge o que implicava uma maior afluência nesse local. Nestes termos, propôs que se colocassem passagens aéreas para os peões. Solicitou também a realização de alterações na via circular, no sentido de diminuir a velocidade de quem lá circulava. -----

Ainda sobre o trânsito, referenciou que se deveria corrigir a Rotunda do Picotalho dada a dificuldade de passagem dos condutores. -----

----- De seguida, interveio **Leonor Castro**, eleita pela CDU, que, relatando os últimos acontecimentos que envolveram os professores, questionou o Presidente da Câmara e o PS sobre o que pensavam desses professores: se estavam enganados e se eram todos maus profissionais. -----

Sobre a visita da Senhora Ministra da Educação ao Centro Educativo de Revelhe, mais concretamente, sobre as declarações proferidas relativas ao Centro Educativo como um exemplo a seguir, afirmou que a Senhora Ministra se tinha esquecido de dizer ou esqueceram-se de lhe dizer que era necessário que os professores levassem aquecedores de casa para que os alunos não tivessem frio. -----

Sobre as declarações relativas ao desconhecimento da Senhora Ministra de que tenha havido alguma escola que se tivesse movimentado no sentido de suspender a avaliação, afirmou que o Presidente da Câmara poderia informar a Ministra da Educação de que no concelho de Fafe, nas Escolas Montelongo, de Silvares e na Escola Secundária tinha sido apresentada uma proposta aos Órgãos Executivo e Pedagógico no sentido de suspender a avaliação. -----

Relativamente ao comportamento dos alunos aquando da visita da Senhora Ministra da Educação a Fafe, afirmou que mesmo tendo sido lamentável, exagerado e desproporcionado, foi motivado pela forma como o Ministério tem actuado. -----

Referenciando as palavras do Senhor Presidente relativas à deslocação dos alunos aos Paços do Concelho para se desculparem do referido acontecimento, ao mencionar que se sentia orgulhoso de ter jovens capazes de reconhecer o seu erro e desculparem-se publicamente, lamentou que os membros do actual Governo não façam o mesmo. -----

Perguntou ao Presidente da Câmara se, depois de ouvir os alunos terem alegado que não tinham sido manipulados pelos professores, tinha pedido desculpas publicamente da acusação que lhes tinha dirigido. -----

Reportando-se à greve e mais concretamente à recepção do Presidente da Câmara de uma delegação de professores, o que louvou, perguntou sobre o que tinha feito à informação que tinha ouvido dos professores. -----

Por fim, criticou as declarações da Senhora Ministra no Parlamento acerca do modelo de avaliação dos professores, salientando a sua obstinação pela manutenção do modelo de avaliação mesmo reconhecendo que o mesmo não correspondia aos objectivos para que tinha surgido. -----

----- Seguidamente, usou da palavra **Humberto Castro**, eleito pelo PSD, que perguntou sobre o timing para a construção dos campos de ténis, se iria haver um pavilhão coberto para a sua prática e qual o modelo de gestão desse espaço. -----

Sobre a Associação Desportiva de Fafe questionou sobre o que iria fazer no que concernia à construção de um novo complexo desportivo e quais os projectos de apoio ao representante máximo do desporto no concelho de Fafe, sobretudo na formação de jovens atletas. -----

Questionou sobre a atitude do Presidente da Câmara quanto ao Painel de Azulejos que estava no antigo Centro de Saúde, bem como aos painéis e outros objectos que se encontram em exposição no Museu Alberto Sampaio e aos braceletes que se encontravam em exposição no Museu de Arte Antiga em Lisboa. Questionou, ainda, o Presidente da Câmara sobre a sua política em relação ao vasto património histórico-cultural existente no concelho de Fafe como as mamoas e os monumentos megalíticos. -----

Finalizou a sua intervenção, solicitando o envio das actas das sessões em que esteve presente. -----

-----Terminada a intervenção de Humberto Castro, tomou a palavra **Miguel Summavielle**, que, sobre a apresentação pública do programa do novo hospital, mencionou que o mesmo fazia jus àquilo que o Presidente da Câmara tinha dito, no entanto afirmou que o mesmo não era uma realidade, atendendo a que não havia garantias de verbas. -----

-----Seguidamente, interveio **Pompeu Martins**, eleito pelo PS, que referenciou a iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Fafe, da Cercifaf e da

Santa Casa da Misericórdia com a criação do Quiosque Virtual, salientando que era uma iniciativa que tornava a cidade mais inclusiva. -----

Realçou, ainda, o Banco de Voluntariado, uma questão do futuro e que nos devia envolver a todos e pelo facto da Câmara ter enveredado pela criação deste Banco. Registou regozijo por parte do PS e sugeriu que nesse mesmo site fossem levadas a cabo iniciativas que expandissem o conceito de voluntariado, explicassem como isso podia ajudar a construir melhores cidadãos no concelho e fazer a ligação ao sistema nacional de voluntariado e ao sistema europeu. -----

-----Terminadas as intervenções, usou da palavra o **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados: -----

- Começou por apresentar desculpas pelo facto do auditório ainda não se encontrar totalmente em condições, salientando os pontos que iriam ser resolvidos. -----

Afirmou que não concordava com o que tinha dito Pedro Frazão sobre o novo auditório, afirmando que no auditório iria ter melhores condições para a realização das sessões da Assembleia Municipal; afirmou, ainda que a Assembleia era soberana e diria se pretendia voltar para o Salão Nobre ou não;

- Quanto às taxas, afirmou que se for eleito manterá as taxas propostas no Plano e Orçamento; -----

- Relativamente ao Cine-Teatro, informou que ficaria concluído até final de Janeiro/2009; Quanto ao elevador, atendendo às dificuldades existentes, ainda não sabia; -----

- No que concernia às obras inscritas em PIDDAC, informou que, pese embora algumas obras mencionadas por Américo Castro não estivessem inscritas, tinham a garantia de que iriam ser efectuadas no ano seguinte; -----

- Explicou a situação existente na Rua da República, esclarecendo que a alteração foi efectuada a exemplo de outras que tinham acontecido noutras Ruas em que, a pedido dos moradores, também se tinham efectuado alterações de trânsito. -----

- Explicou o motivo da demora na reparação dos semáforos da Circular e confirmou a existência de pouca sinalização, salientando, no entanto, que estava razoavelmente sinalizada; -----

- Quanto à escola Feira Velha, informou que não iria ser reconstruída e que a pedra estava incluída, como pagamento, ao empreiteiro que tinha efectuado a demolição; -----
- Quanto aos parques, explicou que a definição da construção dos mesmos tinha sido efectuada há alguns anos e que também tinha sido definido que a gestão iria ser efectuada pela Câmara no sentido de poder intervir no trânsito e ter uma política de preços no estacionamento. -----
- Quanto aos preços praticados afirmou que eram os preços aprovados pela Assembleia e que eram inferiores aos preços dos parcometros da rua. -----
- Confirmou a existência de internet sem fios na Biblioteca e que o problema denunciado devia ter sido momentâneo; -----
- No que concernia ao tratamento com a metadona, afirmou que o programa iria continuar, porém as entidades teriam que encontrar outro espaço; -----
- Quanto à Praça Mártires do Fascismo, afirmou que era uma situação temporária e que a Praça iria ter a dignidade que merecia, ao abrigo das obras a realizar através das parcerias público-privadas; -----
- Relativamente ao aquecimento nas escolas, informou que o projecto do Centro Educativo de Revelhe era da DREN e que o que estava previsto era a ligação do sistema de gás. Explicou, ainda que, como tinha ocorrido a passagem do gás natural, optaram por o colocar, afirmando que na semana que se seguia as escolas teriam aquecimento. -----
- Relativamente aos condomínios fechados, afirmou que nunca tinha dito que não haveria condomínios fechados em Fafe; -----
- Quanto à circular e às questões levantadas por João Vieira Mendes sobre a insegurança, afirmou que iria anotar e verificar se o proposto seria funcional; Relativamente à Rotunda do Picotalho, afirmou que não achava que estivesse mal; -----
- No que respeitava à questão dos professores e à manifestação dos alunos, e mais concretamente sobre o envolvimento dos professores na manifestação, afirmou que as imagens da televisão falavam por elas, dizendo que tinham sido vistos professores na referida manifestação de alunos. Disse, ainda, que ao contrário dos alunos que se justificaram, os professores não o tinham feito; -----
- Afirmou que tinha tido a oportunidade de transmitir a sua opinião sobre o assunto às várias entidades, referindo, ainda, que era defensor das políticas educacionais do Governo; -----

- Quanto aos Campos de Ténis, afirmou que ainda não estava definido se iria existir um campo coberto ou não. Afirmou, contudo, que os campos seriam construídos no ano seguinte. -----

Relativamente ao Parque Desportivo, declarou que iria ser construído nos três anos subsequentes. -----

- Sobre o Painel de Azulejos, afirmou que iriam ser trazidos para o armazém da Câmara, lembrando, no entanto, que eram do Ministério da Saúde, entidade que iria ser contactada sobre a sua reparação; -----

- Disse que o Hospital ainda não era uma realidade, mas acreditava que o seu calendário se iria cumprir e ainda que o seu financiamento se iria fazer pelo QREN. -----

-----Terminados os esclarecimentos, **Pedro Frazão**, eleito pelo PSD, pediu a palavra para questionar sobre o custo das obras de ampliação do edifício da Câmara. -----

-----Seguidamente, usou da palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer que a obra seria concluída pelo preço da empreitada. -----

-----Terminadas as intervenções, entrou-se no **Período da Ordem do Dia.**--

-----**Ponto dois ponto um – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade municipal.** -----

-----Usou da palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU, que teceu alguns comentários relativamente às obras em execução mencionadas na informação escrita, designadamente, as obras das Ruas de Timor, Madeira, S. Tomé e Príncipe e Açores, já referenciadas em sessões anteriores, afirmando que as ruas ficaram esburacadas e entradas obstruídas (apresenta fotografias das situações relatadas). -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Américo Castro**, eleito pela CDU, para dizer que, no Boletim Informativo algumas fotografias não correspondiam às legendas. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, para afirmar que desconhecia a situação das ruas tal como estavam, salientando, no entanto, que a obra da Rua de Timor tinha prazo até Fevereiro. Disse ainda que em deslocação efectuada ao local, não tinha visto o panorama tal como tinha sido relatado, salientando ainda, a forma que Leonor Castro tinha escolhido para denunciar as situações descritas, afirmando que bastaria um telefonema. -----

-----Tomou a palavra, novamente, **Leonor Castro** para dizer que tinha escolhido aquela forma de denunciar o estado das ruas porque já tinha abordado o mesmo assunto em sessões anteriores e o Presidente da Câmara tinha sido receptivo. Afirmou, ainda, que não questionava os prazos das obras, mas a forma como a obra estava a ser executada e a ausência de segurança, com os respectivos transtornos provocados. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se ao **ponto dois ponto dois – Proposta da Câmara relativa à participação do Município de Fafe na Comunidade Intermunicipal do Ave – CIMAVE – e aprovação dos seus estatutos.** -----

-----Tomou a palavra **Simão Freitas**, eleito pelo BE, para perguntar se iriam votar a participação do Município na CIMAVE e os respectivos estatutos em conjunto ou em separado, mencionado que era a favor da participação, porém não concordavam com os estatutos explicando que nos termos dos mesmos, os Municípios iriam perder representatividade. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da Mesa** em exercício para explicar que a votação iria ser efectuada em conjunto. -----

-----Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com um voto contra.** -----

-----Passou-se ao **ponto dois ponto três – Proposta da Câmara relativa à adesão do Município de Fafe à Entidade Regional de Turismo Norte.**-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para explicar o presente ponto, propondo que, atendendo à extinção do modelo de regiões de turismo existente, se aderisse a esta nova Entidade. -----

-----Como ninguém quis intervir, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.** -----

-----**Ponto dois ponto quatro – Proposta da Câmara relativa à cedência dos edifícios Escolares EB1 do Assento e Pré-primária de Outeiro Mau, à Junta de Freguesia de Revelhe.** -----

-----Tomou a palavra **Pedro Frazão**, eleito pelo PSD, que propôs que a votação fosse efectuada para um edifício de cada vez, atendendo a que o fim a dar aos respectivos edifícios eram distintos. -----

-----Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Revelhe**, para prestar alguns esclarecimentos, afirmando que o edifício escolar de Outeiro não era um edifício com características específicas e que a Junta de Freguesia

tinha visto a oportunidade de o aproveitar para habitação social e não para fazer dinheiro com o mesmo. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Pedro Frazão**, eleito pelo PSD, para afirmar que o PSD era coerente e votavam contra a forma de fazer financiamento encapotado. Disse, ainda, que se o objectivo da Junta de Freguesia de Revelhe não fosse o mesmo que o das Juntas de Freguesia de Estorãos e Antime, votaria a favor, caso contrário votariam contra. -----

-----Tomou, novamente, a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Revelhe** para explicar que a construção da habitação social seria efectuada pela respectiva Junta. -----

-----**Pedro Frazão**, eleito pelo PSD, deu como suficientes os esclarecimentos prestados. -----

-----Usou da palavra **Miguel Summavielle**, eleito pela CDU, para solicitar mais esclarecimentos, alegando que não tinha ficado devidamente esclarecido.

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer que o edifício não era para entrar na construção das habitações sociais, que não era para entrar no protocolo. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocado a votação a proposta da cedência dos dois edifícios, **sendo aprovada, por maioria, com uma abstenção**.-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto cinco – Proposta da Câmara relativa à cedência dos Edifícios Escolares EB1 à Junta de Freguesia de Vinhós**. Como ninguém quis intervir, foi colocada a votação, **sendo aprovada, por maioria, com uma abstenção**. -----

-----**Ponto dois ponto seis – Proposta da Câmara relativa à suspensão parcial do Plano Director Municipal – PDM, pelo período de dois anos, na área localizada entre a Zona Urbana da Cumieira e a Variante a EN 206**.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para explicar detalhadamente o presente ponto. -----

-----De seguida, tomou a palavra **Vítor Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos**, que começou por fazer uma breve alusão ao Plano Director Municipal (PDM), referindo que o PDM do concelho de Fafe, elaborado e aprovado no ano de 1994, era um documento desajustado com a realidade concelhia, nomeadamente, por classificar diversos solos em sentido inverso daquilo que a realidade impunha e, nesse contexto, afectar decisivamente quer

a posição de edificação e criação de infra-estruturas para o concelho e para as pessoas. -----

Salientou, ainda, que a proposta em análise era um exemplo claro do desajustamento do PDM ainda em vigor. -----

Sobre a revisão do PDM, que deveria acontecer de dez em dez anos, e que, no caso de Fafe deveria ter ocorrido em dois mil e quatro, salientou o seu atraso, pese embora as sucessivas e reiteradas promessas incumpridas do Senhor Presidente da Câmara em apresentar tal documento, referindo-se à promessa de apresentação do documento para Abril de dois mil e oito e entretanto para final do mesmo ano. -----

Referiu que a promessa de um novo PDM iria continuar, uma vez que não era plausível que em dois mil e nove estivesse concluído, frustrando muitos Fafenses com interesse em realizar investimentos, mas acalentando ainda por mais tempo a esperança de um dia isso ser possível. -----

Disse ainda que a sua não apresentação tinha a vantagem de não provocar um descontentamento efectivo de muitos dos que, em sede de participação, tinham manifestado vontade de obter outras e novas classificações para os seus terrenos. -----

Afirmou também que os atrasos e adiantamentos constantes na apresentação de tão importante documento era sinónimo de incompetência em perceber as reais necessidades do concelho, sobretudo de conseguir a melhor estratégia do desenvolvimento e ordenamento local, planeando a ocupação, uso e transformação do território municipal, pelas diferentes componentes sectoriais da actividade nele desenvolvidas e ainda na programação das realizações e investimentos municipais. -----

Declarou que à Câmara restava reagir em vez de agir, ou seja, à medida que se percepcionava fazer um investimento, no presente caso público, e se o PDM em vigor não permitisse, suspendia-se o mesmo para que dessa forma fosse possível alcançar o objectivo pretendido. -----

Alertou o Presidente da Câmara no sentido de, sem prejuízo da aprovação da proposta em análise (desde que também fossem conhecidas as medidas preventivas a que aludia o ponto dois do documento, uma vez que as mesmas não acompanhavam a proposta) por entender que era importante a realização dos investimentos previstos, também era importante apresentar e aprovar, com urgência, o tão prometido novo Plano Director Municipal e sobretudo que este

tenha a linha de orientação estratégica de desenvolvimento que Fafe precisava e merecia. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Miguel Summavielle**, eleito pela CDU, que solicitou esclarecimentos sobre o atraso da revisão do PDM. -----

Perguntou, ainda, se a negociação dos terrenos não seria mais simples e o valor de aquisição inferior se fossem efectuados antes da suspensão. Questionou também sobre a ausência de terrenos da zona norte da variante na suspensão. -----

Por fim, alertou para a necessidade de salvaguarda dos terrenos da zona envolvente. -----

-----Seguiu-se a intervenção de **Simão Freitas**, eleito pelo BE, afirmando que conhecia o que se passava na Assembleia, solicitando que quando colocasse uma questão que fosse respondida, mesmo que repetidamente para que o relembresse. Disse que ia votar a favor, contudo, questionou sobre o que iriam fazer com os equipamentos que iriam ser substituídos, se seriam para manter ou não e quais as consequências desses espaços. -----

Fez um apelo no sentido de que o Parque Municipal de Desportos fosse para todas as pessoas utilizarem e usufruírem. -----

-----De seguida usou da palavra **Pedro Frazão**, eleito pelo PSD, para perguntar pelo documento a que aludia o ponto dois da proposta, mais concretamente "...às medidas preventivas em anexo e que dela são parte integrante...".-----

Quanto à dúvida que se levantava relativamente ao interesse do município e na aplicação dos recursos, questionou se, com a suspensão, não estariam a valorizar os terrenos e se não seria possível proceder à suspensão do PDM em três fases. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos: -----

- Começou por explicar o fim que iria ser dado aos equipamentos. Afirmou que a Escola Secundária iria ser ocupada com o segundo e terceiro ciclo, actualmente leccionados na escola Carlos Teixeira e a escola Carlos Teixeira passaria a ser ocupada com o primeiro ciclo. -----

Afirmou que o Hospital era propriedade da Santa Casa de Misericórdia, entidade que iria decidir o destino a dar ao edifício. Informou, no entanto, que o edifício era um edifício classificado e que não poderia ser demolido ou alterado.

Relativamente à área desportiva, esclareceu que iriam ter uma área desportiva “informal” no Parque da Cidade. O parque de desportos que se iria construir seria afecto às actividades desenvolvidas pela Associação Desportiva, como a formação e o futebol sénior. -----

- Explicou o teor das medidas preventivas. -----

- Quanto à transformação dos terrenos com a suspensão, afirmou que os mesmos não eram valorizados uma vez que a transformação estava afectada ao uso público mencionado na proposta. -----

- Sobre a possibilidade de fazer a suspensão em fases, invocou a urgência do processo, nomeadamente, para a construção do hospital e da escola secundária. -----

- Concluiu, explicando a não inclusão dos terrenos, situados a norte, afirmando que estavam a propor a presente intervenção para aquilo que tinha sido, há muitos anos, como o Plano de Pormenor da Zona da Cumieira; Disse, ainda que os terrenos excluídos eram terrenos mais valiosos, com aptidão construtiva. -----

-----Seguidamente tomou a palavra **Pedro Frazão**, eleito pelo PSD, afirmando que não pretendia transformar o assunto em luta política. Lembrou, ainda, o custo dos terrenos do Parque da Cidade, afirmando que apenas não queria estar a contribuir para o empolamento dos preços dos terrenos, daí ter proposto a elaboração da suspensão em duas fases. -----

-----Seguiu-se a intervenção de **Miguel Summavielle**, eleito pela CDU, que reforçou a ideia do empolamento dos preços. Lamentou, ainda, que o Presidente da Câmara não tenha esclarecido sobre os motivos da demora da alteração do PDM e que não tenha aceite o repto de confirmar que assumiria como sendo uma intervenção futura, a levar a cabo pela Câmara, a realização de um plano de urbanização para toda a zona restante pela área de suspensão do PDM.-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para informar que ainda tinham que fazer o Plano de Pormenor. Relativamente aos preços, disse que achava que as medidas baixavam o preço dos terrenos e que estava convicto de que este era o procedimento mais adequado para conseguirem preços mais baixos pelos terrenos. -----

Recordou a situação ocorrida aquando da aquisição dos terrenos para o Parque da Cidade. -----

-----De seguida usou da palavra **Pedro Frazão**, eleito pelo PSD, para afirmar que atendendo ao que o Presidente da Câmara tinha mencionado relativamente ao Parque da Cidade, lhe estava a dar razão. -----

----- Tomou, novamente, a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que fosse qual fosse a situação dos terrenos, se não houvesse acordo a Câmara teria que expropriar dizendo, ainda, que a decisão da suspensão não iria influenciar uma futura decisão do tribunal. -----

Defendeu ainda que os proprietários dos terrenos iriam ter sempre argumentos para aumentar o preço dos terrenos. -----

Sobre o PDM, afirmou que iria fazer chegar uma informação sobre o assunto aos respectivos Grupos com representação na Assembleia Municipal. -----

-----Como ninguém mais quis intervir, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com seis abstenções.** -----

----- Passou-se ao **ponto dois ponto sete – Proposta da Câmara relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2009.** -----

-----O Senhor Presidente da Mesa, sobre este ponto, propôs à Assembleia Municipal o método de discussão, idêntico ao utilizado nos anos anteriores, ou seja, a discussão conjunta na generalidade e na especialidade, seguindo-se primeiro a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e depois dos diversos grupos parlamentares e demais intervenções. Propôs, ainda, que findas as intervenções a votação se realizasse em três momentos: na generalidade, na especialidade e na globalidade. -----

-----Não havendo objecção à proposta efectuada, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara que procedeu à explicação das acções previstas e descritas no preâmbulo do Plano e Orçamento de dois mil e nove. --

-----Seguidamente, usou da palavra **Orlando Leite**, eleito pelo CDS/PP, para fazer uma análise crítica ao Plano e Orçamento para o ano de dois mil e nove apresentado. -----

Começou por salientar a dificuldade de análise do presente documento para muitas pessoas e mencionando ser normal que a maioria se limitasse a ler o relatório inicial do Senhor Presidente da Câmara, afirmando que, apesar de bem escrito, o relatório não reflectia com realismo o que estava no Orçamento para dois mil e nove, realçando uma parte do relatório no qual o Senhor Presidente da Câmara mencionava que o Plano e Orçamento, apesar da sua “pequena expressão económica”, acolhia o início da construção das cerca de

duzentas e oitenta habitações sociais, através dos primeiros concursos já adjudicados, bem como a construção de quarenta fogos a custos controlados para jovens. -----

Nestes termos, afirmou que a “pequena expressão económica” para as construções referidas tinham um significado que levava a pensar num valor compatível, porém, ao analisar o Orçamento, verificava-se que essa rubrica apenas correspondia ao valor de cinco euros para iniciar as obras enunciadas no ano de dois mil e nove. Referiu, ainda, que para os anos seguintes não havia previsões e que os valores a despende com a habitação que constavam do Orçamento não correspondiam ao que estava no Plano de Actividades e que se referia ao Melhoramento da Habitação de Agregados Familiares Carenciados. -----

Disse, ainda, que, mesmo sendo dois mil e nove um ano de eleições, não justificava o anúncio de obras daquela dimensão sem execução correspondente. -----

Fazendo referência ao Orçamento anterior, enumerou algumas metas que não tinham sido cumpridas. -----

Relativamente à redução das taxas do IMI, defendeu a ideia mencionada anteriormente de que poderiam ter tomado tal decisão há muito tempo sem grande diminuição das receitas do município, existindo, assim, um princípio de justiça social sem esperar por dois mil e nove, um ano de eleições. -----

Demonstrou dificuldade em entender o aumento do IMT no presente orçamento, atendendo à crise do sector imobiliário, assim como, as verbas de loteamentos e obras que num conjunto de impostos indirectos e das taxas apresentavam um aumento. -----

Quanto à afirmação do Senhor Presidente da Câmara sobre o facto do presente Plano e Orçamento se fechar a qualquer irrealismo ou tentação desequilibradora das finanças, perguntou se ter uma previsão de receitas que não tinha fundamento ou referenciar obras que não tinham verba para a sua execução não era ser irrealista ou pensar no ano eleitoral. -----

Afirmou ainda que apesar de outras situações que poderiam ser apontadas, as questões apresentadas eram suficientes para que se pudesse tirar conclusões.

Mencionou, também, que havia algumas obras efectuadas em dois mil e oito e a efectuar em dois mil e nove que mereciam a sua aprovação, porém atendendo a que as opções do CDS não eram as mesmas e que tinham outra

orientação para o concelho, afirmou que iriam votar contra o presente plano e orçamento. -----

-----Tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pela CDU, que corroborou, em parte, as afirmações efectuadas por Orlando Leite. Sobre as taxas do IMI, afirmou que a redução resultava de indicações do Governo. -----

Seguidamente, efectuou uma análise dos documentos do presente ponto, salientando que tinha havido um acréscimo da verba prevista a arrecadar com o IMI, mesmo existindo um decréscimo na cobrança da taxa. -----

Reforçou a mesma desconfiança relativamente ao valor a arrecadar no IMT, afigurando-se difícil alcançar esse objectivo, assim como, o aumento do valor a arrecadar nas taxas relativas a licenciamentos. -----

Referindo-se aos documentos de Despesa, pediu esclarecimentos sobre o acréscimo nas despesas de água. -----

Perguntou, ainda, se a verba transferida ao abrigo do contrato de transferências em matéria de Educação, atendendo ao encargo com a manutenção dos edifícios, se seria suficiente. -----

Salientou que a despesa de capital tinha sofrido um decréscimo e que tinha havido um acréscimo do valor das transferências para as juntas de freguesia, algo que viam com “bons olhos”. -----

Reportando-se às obras previstas, afirmou que achava o valor orçamentado para as obras da Cumieira insuficiente. -----

Constatou, também, que a verba prevista para a beneficiação de passeios era de zero. -----

Concluiu afirmando que o Plano e Orçamento apresentado era um orçamento morno, sem grandes obras ou investimentos previstos. Realçou, ainda, que o custo da manutenção das parcerias público-privadas era elevado. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra Álvaro **Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Regadas**, para dizer que se avizinhava mais um ano miserável para Regadas. Mencionou que não achava justo a exclusão de obras prometidas como a Rua Dez de Junho e a Estrada da Boavista. -----

-----De seguida, interveio **Simão Freitas**, eleito pelo BE, que começou por dizer que, atendendo à actual situação do país era importante que todos fizessem um esforço no sentido de contribuir para o melhoramento da situação, porém isso não implicava que fossemos cada vez mais martirizados por mais impostos e taxas, a cada ano que passava. -----

Afirmou, ainda, que, mesmo não sendo a Câmara de Fafe responsável por essa situação, tinha, contudo, o dever de tentar proporcionar uma melhor vida aos seus habitantes, que passava por proporcionar um ambiente saudável para que o concelho desenvolvesse, não só o investimento público mas também o privado. -----

Nestes termos saudou a medida tomada relativamente à redução do IMI. No entanto defendeu que se deveria recorrer à possibilidade da majoração e minoração do IMI, salientando que isso poderia trazer benefícios à autarquia, ou seja, os proprietários dos prédios devolutos/más condições, que pagariam uma taxa mais elevada, sentiam-se obrigados a melhorarem os seus pertences, enquanto os proprietários dos edifícios em bom estado seriam beneficiados. Disse, ainda que se poderiam aplicar taxas mais baixas nas zonas exteriores à cidade que conseqüentemente iria provocar maior desenvolvimento. -----

Salientou o valor alto da derrama no concelho de Fafe, que ao contrário dos concelhos vizinhos, fazia com que o concelho fosse menos apelativo para as empresas. -----

Mencionou que a única certeza do presente orçamento era a incerteza. Defendeu que a Autarquia não deveria recorrer ao empréstimo e que não se deveria endividar mais, uma vez que isso iria condicionar o investimento no futuro próximo. -----

Finalizou a sua intervenção sugerindo a implementação do orçamento participativo, afirmando que isso era uma mais-valia para o município e atendendo a que se dava a palavra a empresas e organizações com importância no desenvolvimento do concelho. Lembrou ainda que a implementação desse mecanismo era aconselhada pelas directivas do QREN e que apenas trazia vantagens para todos os intervenientes, servindo melhor aqueles para os quais se trabalhava – as pessoas. -----

-----Seguidamente tomou a palavra **Pedro Frazão**, eleito pelo PSD, que teceu os seguintes comentários do documento apresentado. -----

Começou por referir que, em termos genéricos, o presente orçamento, dada a conjuntura económica, agia de forma reactiva e em contraciclo e que era irrealista. -----

Referenciou o aumento da despesa corrente que, ao contrário da despesa de investimento, tinha sofrido uma retracção. Nestes termos, salientou que “em

tempo de vacas magras” qualquer regra de boa gestão defendia que os cortes deveriam começar a ser feitos pelas despesas correntes. -----

Quanto às parcerias público-privadas, mencionou que não tinha verificado qualquer reflexo no presente orçamento. Perguntou, ainda sobre os custos que o Executivo previa para dois mil e nove, decorrentes destas parcerias. -----

Como positivo, apontou a diminuição das taxas do IMI salientando, no entanto, que tinha sido necessário esperar quatro anos para se convencer da utilidade da medida tomada. Disse, também, que o Presidente da Câmara e o Executivo do PS, no que correspondia às taxas do IMI, andavam sempre a reboque, ou da oposição que tinha proposto a sua redução, ou da alteração legislativa.-----

Chamou a atenção para o aumento das despesas com o pessoal, comparando o seu valor com o valor previsto para o total de investimentos em dois mil e nove, salientando que diferia apenas em menos cinco por cento. -----

Referenciou também o passivo bancário que somado ao valor previsto para as parcerias público-privadas, atirava o passivo real para um valor superior ao orçamento total para dois mil e nove, o que era preocupante. -----

Mencionou que o orçamento para dois mil e nove não trazia nada de novo, a não ser a baixa do IMI e o aumento da despesa improdutiva, atirando quase toda a obra de envergadura para as parcerias público-privadas e para fora do orçamento. -----

Abordou o aumento das verbas protocoladas com as juntas de freguesia em relação a dois mil e oito, explicando que tal se devia ao facto de, no ano de dois mil e oito, não ter sido efectuada a totalidade das transferências e que iria passar para o ano de dois mil e nove. -----

-----De seguida, usou da palavra **José Baptista**, eleito pelo PSD, que, para não serem acusados de demagógicos e de criticar por criticar, apresentou algumas propostas que esperava que tivessem o mesmo acolhimento que tinha tido a proposta referente à redução do IMI, defendida pelo PSD no ano anterior. Nestes termos, dividiu as propostas em dois grupos: um de atracção de investimento e outro de políticas de cidadania e ambiente. -----

Dentro do grupo de atracção de investimento propôs que se reduzisse a derrama em vinte por cento; que se constituísse um conselho económico empresarial consultivo, com a participação dos principais agentes económicos e sociais do concelho; que se divulgasse e apoiasse a divulgação dos produtos e produções locais; que se criassem pequenos “clusters” industriais de modo a

que estes servissem de âncora ao desenvolvimento de algumas áreas mais deprimidas, e a cooperação com instituições do ensino superior, investindo em medidas de apoio a projectos direccionados para a inovação, ambiente e energias. -----

Quanto ao grupo de políticas de cidadania e ambiente, propôs a diminuição do valor das taxas e licenças para habitações que recorriam a energias renováveis, devidamente certificadas; a desburocratização dos serviços da autarquia e facilitação do acesso electrónico a cidadãos e empresas aos diferentes departamentos em particular ao departamento de planeamento; a promoção da construção de mini-hídricas, atendendo a que o concelho era muito fértil em cursos de água com potencial hidroeléctrico, e a despoluição dos rios do concelho e respectivas margens criando espaços de lazer e percursos pedonais. -----

Terminou, referindo que esperava que as propostas mencionadas tivessem acolhimento por parte do executivo, ficando disponíveis para a concretização de algumas. -----

-----Seguidamente interveio **Pompeu Martins**, eleito pelo PS, que iniciou a sua intervenção afirmando que a apresentação do presente plano e orçamento encerrava um ciclo que teve início em 2006, salientando que o PS entendia que estavam criadas as condições necessárias para que se terminasse o mandato com uma clara melhoria daquilo que eram as condições de vida no concelho de Fafe, ficando, desta forma cumprido aquilo a que se tinham comprometido no início do mandato. -----

Disse, ainda, que tudo foi levado a cabo num período particularmente difícil quer para o país quer para as autarquias locais. -----

Referiu que o orçamento apresentado era um documento de fim de mandato, mantendo a sobriedade e a prudência de quem estava confiante nos resultados de um trabalho continuado e coerente, ou seja, um trabalho com efeitos no presente e com reflexos num futuro que se desejava de equilíbrio, de rentabilidade do esforço realizado e de um investimento continuado. -----

Salientou os investimentos efectuados na área da Educação e a proximidade da Câmara com a comunidade educativa; a atenção dada à segurança no concelho, saudando o investimento no novo quartel da Guarda Nacional Republicana e o novo destacamento dessa força policial, bem como a articulação entre todas as forças. Na área social salientou a continuidade que

se dava aos princípios da justiça e da integração dos cidadãos nas suas comunidades, com a construção dos cerca de duzentos e oitenta fogos e dos quarenta fogos destinados aos jovens; louvou, também, a continuidade da política de recuperação das habitações degradadas, que garantia, a quem as habitava, dignidade e mantinha o enraizamento. -----

Disse ainda que era com melhores condições no plano das acessibilidades internas que se favorecia a fixação dos cidadãos. Salientou que a ideia dos serviços integrados de transporte público, associado a vantagens específicas para jovens e idosos, reuniam em si a racionalização de meios e servindo os fafenses, sem apresentar encargos elevados para o erário público. -----

Fez referência às parcerias público-privadas, afirmando que a execução de obras de uso público iria trazer a Fafe novas dimensões de progresso, novas abordagens para o tecido económico local e que iam estimular dinâmicas populacionais e comerciais que levariam ao crescimento do comércio local e do mercado da habitação. -----

Focou o facto de, em período de dificuldades, a Autarquia ter abdicado de dois por cento da receita do IRS em favor das famílias e da redução do IMI. Disse, ainda que mesmo em ano de dificuldades tinha sido possível crescer e que no final do ano de dois mil e nove teriam um concelho melhor, sem recurso a estratégias eleitoralistas, apesar das eleições. -----

Terminou, afirmando que era num espírito de tranquilidade e de confiança que votavam favoravelmente no plano e orçamento em discussão. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Jorge Adélio Costa**, eleito pelo PSD, que colocou duas questões: a primeira relativa às parcerias público-privadas, nomeadamente se o Presidente da Câmara considerava que o legado que ia deixar para o futuro era apropriado ou se pretendia que o seu sucessor fosse apenas um gestor de conta. Perguntou ainda se o Presidente da Câmara sabia qual o valor dos juros de mora e das amortizações anuais referentes à parceria. A segunda questão, relacionada com o PDM, designadamente, se não tinha chamado a atenção do Director do Departamento responsável para que terminasse a alteração do PDM até Agosto do corrente ano. -----

-----De seguida, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** par dizer que não aceitava que chamassem de irrealista aos planos e orçamentos apresentados (presente e anteriores); Afirmou ainda que, não fossem as

transferências do Ministério da Educação, o orçamento de dois mil e nove era inferior ao de dois mil e oito. -----

Afirmou que a elaboração do Plano e Orçamento sempre foi efectuada de uma forma o mais rigorosa e realista possível. -----

Esclareceu, ainda, que no presente documento não se estava a pedir nenhum empréstimo. -----

Salientou que parte das acções que estavam inscritas no Plano e Orçamento decorriam de compromissos decorrentes do Orçamento de dois mil e oito. -----

Quanto às habitações sociais, afirmou que não havia contradição no que mencionava o relatório e o que constatava no orçamento, explicando como o processo se ia efectuar. -----

Sobre o protocolo celebrado com o Ministério da Educação, referiu que o Governo ia transferir para os municípios o valor da despesa que tinham com as mesmas competências. -----

Quanto aos custos das parcerias, afirmou que ainda não estava em condições de responder, atendendo a que o processo ainda se encontrava na fase de análise de propostas. Informou, no entanto, que a adjudicação iria ser efectuada por um valor mais baixo que o valor total previsto para a construção de todos os equipamentos. -----

Relativamente às declarações do Presidente da Junta de Regadas, afirmou que ia ser efectuado um forte investimento nas escolas e que ao contrário do que ele tinha mencionado, não havia nenhum compromisso. Disse, ainda, que iriam ser efectuadas as obras que lhe tinha mencionado e que eram prioridade para a freguesia. -----

Sobre as majorações ou reduções dos impostos afirmou que tal não se justificava porque no concelho não havia muitos edifícios degradados. -----

Quanto às transferências para as juntas de freguesia, afirmou que até final do ano iriam pagar a maior parte dos protocolos contratualizados, logo a verba prevista para dois mil e nove não incluía o valor dos protocolos. -----

Afirmou que concordava com as ideias propostas por José Batista, e prometeu que não as iria incluir no seu programa eleitoral. Informou, ainda que algumas das ideias eram exequíveis e mesmo até que, tinham aparecido duas empresas interessadas na construção de duas mini-hídricas no concelho. -----

Agradeceu as palavras do líder da bancada do PS, pela resenha efectuada. ----

Terminou, salientando que, por todas as razões elencadas, o Orçamento merecia a aprovação por parte da Assembleia Municipal, uma vez que era um documento rigoroso e realista. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Pedro Frazão**, eleito pelo PSD, afirmando que tinha ficado feliz por ver o Presidente da Câmara a defender o Orçamento através da taxa de execução, uma vez que sempre que a oposição criticava a Câmara pela baixa taxa de execução o Presidente desvalorizava a questão. -----

Disse que mantinha o adjectivo irrealista para classificar o Orçamento. Sobre o facto do Presidente da Câmara ter desvalorizado a receita da Derrama, mencionou que atendendo a essa desvalorização, isso era um motivo para a poder baixar, porque não significando muito para os cofres da Câmara era um sinal psicológico para quem queria investir. -----

-----Por fim interveio **Jorge Adélio Costa**, eleito pelo PSD, solicitando esclarecimentos relativos à questão do PDM. -----

----- Encerrado o período de discussão, o Senhor Presidente da Assembleia propôs a votação na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de dois mil e nove, sendo **aprovado, por maioria, com dez votos contra e seis abstenções**. -----

-----Seguiu-se a votação nas especialidades: 1 – Autorizar, conforme a alínea s) do n.º 2 do artigo 53º, a delegar nas Juntas de Freguesia competência para o exercício de actividades e realização de investimentos constantes do Plano e Orçamento Municipal, e no âmbito do artigo 66º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sempre que, por motivos de economia de recursos ou outros, tal se justifique; **Aprovado, por unanimidade**; 2 – Autorizar, em conformidade com o disposto nos artigos 38º e 39º, da Lei das Finanças Locais, a contratação de empréstimos de curto prazo; **Aprovado, por maioria, com nove abstenções**; 3 – Fixar, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) artigo 112º, n.º 1, alínea b) e c) as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2009 em 0,7% para prédios urbanos e 0,4% para prédios urbanos avaliados nos termos do IMI, aplicando a taxa prevista na alínea a) do referido artigo para os prédios rústicos; **Aprovado, por unanimidade**; 4 – Fixar em 1,5% a Derrama para 2009, nos termos do art. 14º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais). **Aprovado, por**

maioria, com quinze votos contra e uma abstenção; 5 – Fixar, nos termos da alínea b), do artigo 106º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de Janeiro, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, em 0,25%, para o ano de 2009. **Aprovado, por maioria, com uma abstenção;** 6 – Fixar em 3%, a participação variável do Município no IRS a liquidar em 2010, sobre os rendimentos dos munícipes de 2009, par o efeito do artigo 20º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais). **Aprovado, por unanimidade.** Finda a votação nas especialidades, o Senhor Presidente da Assembleia colocou para votação final global a proposta da Câmara de Plano e Orçamento, que foi **aprovada, por maioria, com nove votos contra e seis abstenções.** -----

-----**Ponto dois ponto oito – Proposta da Câmara relativa ao Mapa de Pessoal e Organigrama** – Tomou a palavra o Presidente da Câmara para explicar que as alterações decorreram da Lei, simplificando-se o organigrama e respectivo quadro de pessoal. -----

Como ninguém quis intervir, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com catorze abstenções.** -----

-----Tomou a palavra **Simão Freitas**, eleito pelo BE, para dizer que a presente sessão era a última sessão do presente mandato em que participava, atendendo à rotatividade que faziam. Agradeceu a receptividade, no entanto afirmou que, para ele, política não era apenas dizer o que se pensava, mas discutir sobre os assuntos em questão, ao contrário daquilo que se praticava na Assembleia Municipal onde apenas davam a sua opinião e não ouviam o que os outros tinham para dizer. -----

----- Seguidamente, foi lida a acta em minuta da presente sessão e posteriormente colocada a votação, **sendo aprovada, por unanimidade.**-----

----- Esgotada, assim, a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao público. -----

-----Tomou a palavra o cidadão Manuel Novais que se identificou como um membro da Associação de Pais do Agrupamento de Arões. -----

Relativamente aos edifícios escolares cedidos pelo Município às Juntas de Freguesia, afirmou que os mesmos deveriam ser identificados com placas onde constasse o nome e data de funcionamento da escola. -----

Abordou, ainda a questão dos transportes públicos, salientando que deveria haver um alargamento para as aldeias limítrofes da cidade. Disse ainda que o

horário dos transportes que iam à Zona Industrial deveria ser ajustado ao
horário praticado pelas empresas. -----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram uma
hora e quarenta e cinco minutos.-----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, nos
termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de
dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra
A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.---